

A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE ATRAÇÕES TURÍSTICAS EM ESPAÇOS CULTURAIS: O CASO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DE FOZ CÔA EM PORTUGAL

António Jorge Fernandes^a

Maria Elisabeth Teixeira Pereira e Rocha^a

^a Universidade de Aveiro, Portugal

Resumo

Este trabalho apresenta a revisão da literatura de património cultural, sobretudo de sítios ao ar livre. Vamos abordar dois temas de grande atualidade para a região de Foz Côa: o dilema entre desenvolvimento e preservação de património e o sistema de gestão de visitas ou acesso público às gravuras rupestres.

A conclusão é que o património parece assumir para os visitantes dois significados principais. Por um lado, a reconstituição histórica de modos de vida passados sob um cenário de monumentalidade; por outro lado, ainda que com percentagem mais baixa, o património funciona como o repositório das tradições de um povo, que é preciso aprender a reconhecer e a preservar como um elemento da identidade nacional. O conceito de capacidade de sustentação tem vindo a ser aplicado à gestão de visitantes. No fundo, trata-se de estimar o número máximo de visitantes admitidos durante um certo período de tempo num dado sítio de valor patrimonial.

Será importante distinguir entre capacidade de sustentação mínima, máxima e ótima. A capacidade mínima significa que o sítio necessita de um número mínimo de visitantes para que possa permanecer em funcionamento. Contrariamente, haverá um limite, um número máximo de visitantes que o sítio poderá receber cumprindo regras básicas de segurança e higiene. Para tanto, a capacidade ótima estará situada dentro destes dois limites, estabelecida por um processo que envolve alguma forma de avaliação, por vezes de carácter subjetivo. A capacidade ótima parece ser o compromisso que prevenirá que a presença de grandes multidões possa ameaçar a notabilidade do sítio, mantendo também uma qualidade de experiência de visita satisfatória.

Vários especialistas em arte rupestre e na sua gestão acreditam que o sistema implementado no Vale do Côa concilia com sucesso os dois objetivos fundamentais de preservação e acesso público.

Palavras-chave: Cultura, Patrimônio, Planeamento, Gestão, Preservação

1. INTRODUÇÃO

O Vale do Côa é patrimônio mundial da humanidade desde Dezembro de 1998, devido aos sítios de arte rupestre pré-histórica. O patrimônio classificado pela UNESCO corresponde aos sítios de gravuras rupestres, incluindo uma área circundante chamada de tampão. A zona classificada corresponde aos limites do PAVC (Parque Arqueológico do Vale do Côa), aos últimos 17 quilômetros do rio Côa, numa área total de leito e de margens de 200 quilômetros quadrados (Carvalho,2004; Chippindale,1999).

A elevação do Vale do Côa a patrimônio mundial fora um objetivo desde o momento da discussão do futuro da barragem da empresa Eletricidade de Portugal (EDP). Afastado o empreendimento e inaugurado o PAVC, em Agosto de 1996, o passo seguinte foi classificar o vale como patrimônio nacional, o que aconteceu em 1997. Desde a sua inauguração, o PAVC tem vindo a pôr em prática o modelo de crescimento gradual de visitantes. Só um reduzido número de pessoas pode visitar diariamente os diversos núcleos de gravuras existentes, atualmente cerca de 20 a 25 mil pessoas por ano; projetos de equipamentos turísticos estão a ser planeados e executados, para aumentar substancialmente o número de visitantes à região de Foz Côa e que visam a interpretação e valorização do patrimônio, sem descuidar a sua proteção. Um equipamento turístico de vulto é um parque temático, projeto de impacto significativo de vocação estratégica, segundo o Programa Operacional de Economia (POE).

Este trabalho apresenta a revisão da literatura de patrimônio cultural, sobretudo de sítios ao ar livre. Vamos abordar dois temas de grande atualidade para a região de Foz Côa: o dilema entre desenvolvimento e preservação de patrimônio e o sistema de gestão de visitas ou acesso público às gravuras rupestres. Antes, porém, apresentamos o significado de patrimônio em sentido lato, tal como é visto pelos jovens, pelo público consumidor e pela UNESCO.

2. O SIGNIFICADO DE PATRIMÔNIO

Esta região de Foz Côa foi duplamente reconhecida como Patrimônio Mundial da Humanidade na categoria cultural em 1998 pelas gravuras rupestres pré-históricas, e, posteriormente, em 2001 pelo Alto Douro vinhateiro.

Em busca do significado de patrimônio, vamos apresentar os resultados de dois trabalhos sobre patrimônio. O primeiro sobre atitudes culturais e representações sociais de jovens portugueses num estudo europeu; no segundo prosseguimos com a opinião de visitantes do PAVC - Parque Arqueológico do Vale do Côa.

2.1 Consumo de patrimônio

Um inquérito foi efetuado pela empresa comercial (Euroexpansão) no verão de 1998 a uma amostra representativa dos visitantes do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), com o erro de amostragem de 5,1% para um grau de confiança de 95%. A amostra é de 366 entrevistas (LIMA e REIS, 2001). Com o inquérito, pretendia-se obter o perfil sociológico do público visitante. Pais confirmou posteriormente o perfil sociológico do visitante do PAVC (PAIS, FERNANDES E COSTA 2002a e 2002b). A partir do perfil, pretendia avançar-se para a reflexão em torno do crescente interesse cultural e social pela preservação e valorização do patrimônio histórico. Se as sociedades modernas desenvolveram um novo culto pelo passado, consagrando como monumento cada vez mais categorias de edifícios, objetos ou vestígios do passado, que formas reveste esse culto na sociedade portuguesa, a que valores e significados se encontra associado, que tipo de atores sociais o protagoniza? Do total dos visitantes inquiridos, cerca de metade são homens. Mais de metade dos inquiridos são indivíduos com idades compreendidas entre os 31 e os 50 anos. Os restantes têm idades entre os 18 e os 30 anos (37,7% do total dos inquiridos), ou mais de 51 anos (11,2% do total dos inquiridos).

Os visitantes são escolarizados (figura 1.1). Destacam-se com 44,8% do total os detentores de um diploma de licenciatura (19,4% em ciências exatas, naturais e médicas e 19,1% de ciências sociais e humanas).

Os inquiridos encontram-se majoritariamente a exercer uma profissão, 80% do total. Por sua vez, os estudantes são cerca de 14% do total e as restantes categorias (domésticas, reformados e desempregados) são meramente residuais, com 6% do total. Numa arrumação em classes sociais, cerca de 59% dos inquiridos posiciona-se na fração de classe da pequena burguesia técnica e de enquadramento. A pequena burguesia de execução e a burguesia dirigente e profissional registam ambas 11% do total (figura 2.2).

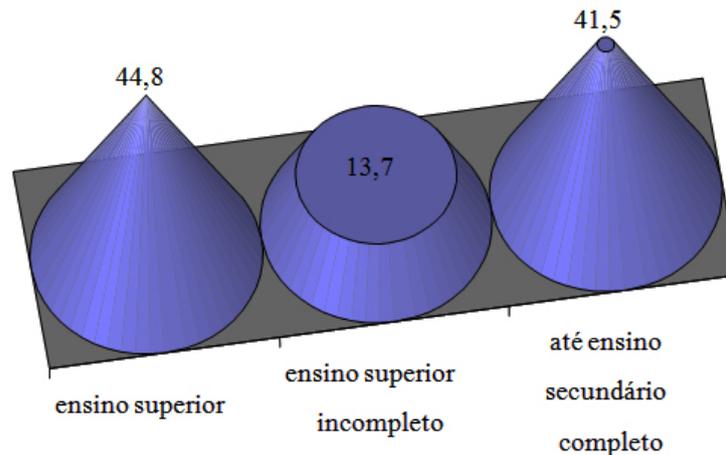


Figura 1.1 – Instrução do Visitante

Fonte: LIMA e REIS, 2001 (adaptado)

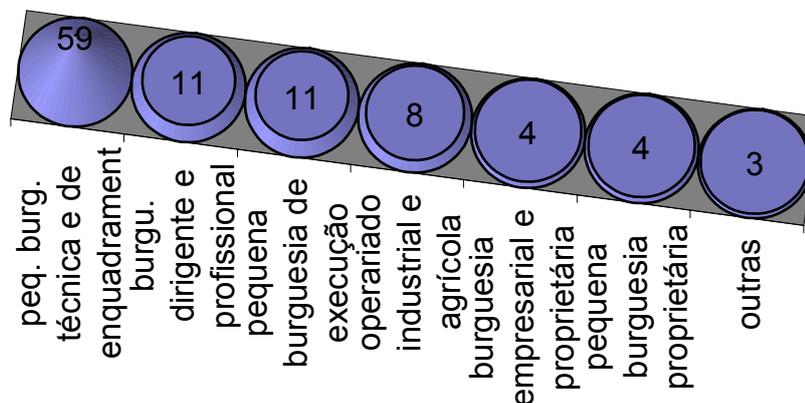


Figura 1.2 – Classe social do visitante

Fonte: LIMA e REIS, 2001 (adaptado)

Para 42,5% dos inquiridos, a principal motivação para observar patrimônio reside no hábito de visitar lugares históricos, sítios e monumentos (figura 1.3).

O carácter único e a fama das gravuras, que levaram à designação de patrimônio mundial da humanidade, constituem a razão principal da visita para 19,1% dos inquiridos.

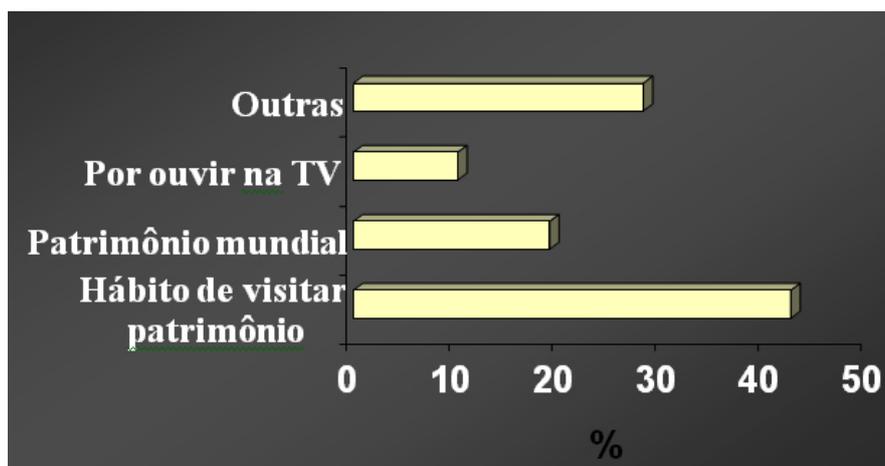


Figura 1.3. – Motivação do visitante

Fonte: LIMA e REIS, 2001 (adaptado)

Para compreender a adesão de certos grupos sociais a consumos de patrimônio, foi pedido aos visitantes para se pronunciarem sobre o significado dos bens patrimoniais apresentados. Também aqui os resultados são sugestivos. A figura 1.4 mostra que para cerca de 43% do total de inquiridos a visita de patrimônio significa “uma forma de compreender o comportamento das pessoas no passado, reconstruindo os quadros de vida e pensamento do período que viveram”.

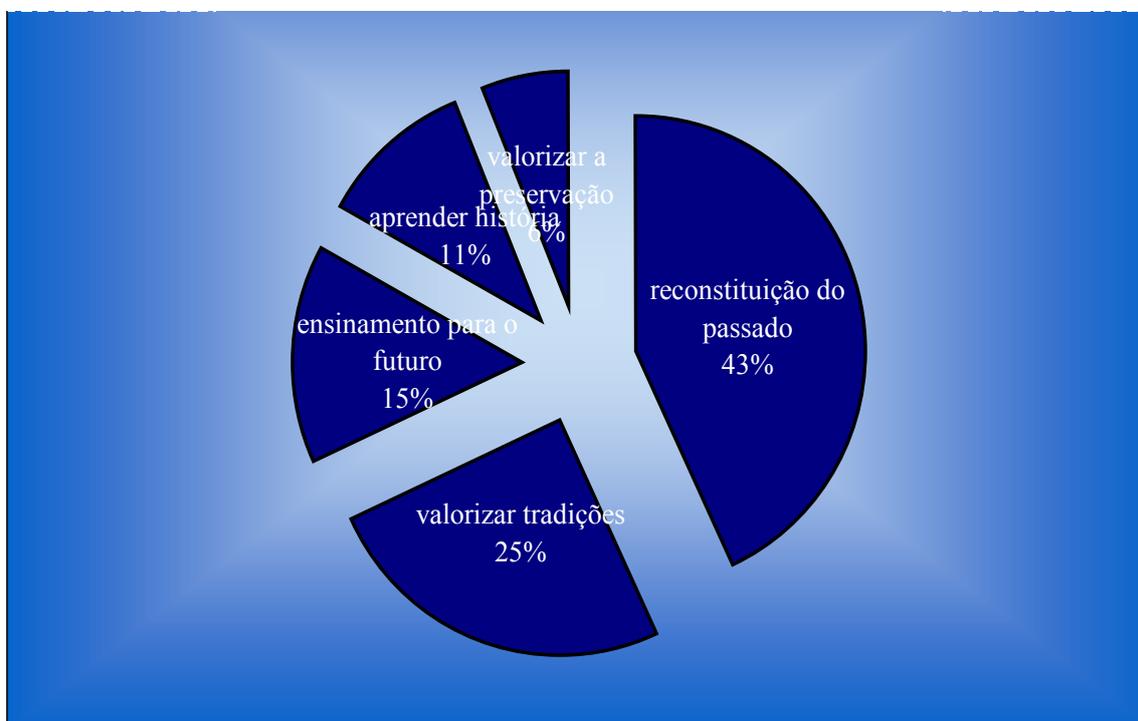


Figura 1.4 – Significado do patrimônio

Fonte: LIMA e REIS, 2001 (adaptado)

2. VALORES CULTURAIS E ÁREAS PROTEGIDAS

Na altura em que o inquérito de 1998 para obtenção do perfil de visitante decorria, ainda estava bem presente na memória o largo debate público sobre a preservação das gravuras rupestres paleolíticas com 20 mil anos em Foz Côa (GONÇALVES, 2001). Foz Côa foi, desde 1994, espaço do exercício de novas cidadanias. O que estava em jogo era a controvérsia gerada à volta do seu valor histórico-arqueológico e do destino dos seus achados, propiciando uma boa ilustração do significado que os bens patrimoniais vêm adquirindo atualmente no serviço público das sociedades modernas.

O património parece assumir para estes visitantes dois significados principais preponderantes. Por um lado, a reconstituição histórica de modos de vida passados sob um cenário de monumentalidade; por outro lado, ainda que com percentagem mais baixa, o património funciona como o repositório das tradições de um povo, que é preciso aprender a reconhecer e a preservar como um elemento da identidade nacional.

Os movimentos de cidadania atuais privilegiam a preservação do património em áreas protegidas. As áreas protegidas não são bens económicos tradicionais, porque não existem mercados que nos deem a conhecer diretamente a disposição dos indivíduos para pagarem o seu consumo e, conseqüentemente, poder-se medir os benefícios económicos que se podem gerar com esta atividade.

As áreas protegidas são consideradas bens públicos porque afetam muitas famílias e o interesse é coletivo (MENDES, 1996). As variações da sua oferta, por exemplo, a sua destruição, afetam as famílias que a costumam visitar e todos aqueles que gostariam de a visitar no futuro.

Sendo um bem público, e não sendo um bem económico tradicional, vamos começar por definir qual o tipo de bem em presença. Uma área protegida, também designada por área classificada, é uma área territorial com limites definidos por lei. Dentro do perímetro definido pelos limites, as atividades económicas, educativas, e recreativas estão sujeitas a restrições de influência humana, podendo esta inclusive ser proibida. As limitações são justificadas pelos objetivos de conservação para a prossecução dos quais a área protegida é criada. Conservar é um conceito genérico que inclui as práticas de preservação, utilização sustentada, restauração e alargamento dos espaços naturais. Preservar é uma prática continuada de gestão do ambiente cujo objetivo é garantir que um ecossistema mantenha, no futuro, o mesmo estado que tem no presente, o que passa naturalmente pela restrição da influência humana. As áreas protegidas são criadas para conservar áreas de interesse monumental, arqueológico, arquitetónico ou antropológico, com extensão local, regional, nacional ou internacional.

O atual sistema de nomenclatura e de classificação da International Union for Conservation of Nature (IUCN) data de 1982. Contempla as áreas protegidas como um dos principais instrumentos das políticas de conservação. Resumidamente apresenta 11 categorias de áreas protegidas. Destas, 8 são definidas com base nos interesses nacionais e 3 são definidas com base em interesses internacionais. O sistema é apresentado em 2 grupos operacionais: 1. critérios de conservação de interesse nacional (categorias de I a VIII); 2. categorias internacionais de áreas protegidas e classificadas através de programas internacionais (categorias IX a XI).

No que diz respeito à região de Foz Côa, incluída pela categoria X (Património Mundial da Humanidade - Categoria Cultural), estão contempladas duas áreas, designadamente as gravuras rupestres do Vale do Côa (1998) e o Alto Douro vinhateiro (2001).

Duma forma geral, a categoria de conservação de bens de património mundial foi proposta pela UNESCO em 1975 durante os trabalhos da Comissão para o Património Mundial (CPM). O objetivo é proteger áreas que tenham um valor universal excecional. As zonas devem ser designadas pela nação responsável à Comissão para o Património Mundial, que avaliará da justeza da proposta de seleção, em termos do conteúdo da qualidade dos elementos de património mundial. Os lugares devem apresentar uma ou mais das seguintes características:

- Constituírem exemplos representativos das etapas fundamentais da evolução da terra;
- Constituírem exemplos representativos dos processos de evolução geológica e biológica e da interação homem/ natureza;

- Conterem fenômenos, aspetos, formações naturais ou áreas de excepcional beleza considerados como únicos, raros ou superlativos;
- Conterem habitats onde sobrevivem populações vegetais e/ou animais consideradas raras.

Na área protegida, os critérios de administração e gestão são variados. Os locais devem estar na posse ou da administração (central, regional ou local) ou de associações não lucrativas. Todos os locais devem ser estritamente protegidos por lei, permanecendo claro quais os objetivos de gestão a atingir. Na tabela 2.1, mostramos o resumo dos objetivos tipificados para a categoria de Patrimônio Mundial. Observando o quadro de objetivos de gestão, concluímos que aqueles mais diretamente relacionados com as atividades econômicas são os objetivos E (recreação e serviços turísticos) e J (uso racional de terras marginais e desenvolvimento rural). Por outro lado, o objetivo D (educação e investigação) está relacionado com ciência e tecnologia.

Tabela 2.1 - Quadro da hierarquia dos objetivos de gestão da área protegida de bens de património mundial

OBJECTIVOS DE GESTÃO		PATRIMÓNIO MUNDIAL
A	Proteger locais e objectos de elevado interesse arqueológico, histórico e cultural	Principal
B	Manter os ecossistemas no seu estado natural	Principal
C	Manter a diversidade biológica e a regularização ambiental	Principal
D	Proporcionar educação e investigação	Principal
E	Proporcionar recreação e turismo	Principal
F	Conservar recursos genéticos	Principal
G	Proteger paisagens e espaços verdes	Principal
H	Controlar a erosão e sedimentação	Grande importância
I	Proteger os recursos hídricos	Importante se os meios e recursos o permitirem
J	Incentivar ao uso racional de terras marginais e promover o desenvolvimento rural	Importante se os meios e recursos o permitirem

4. DILEMA ENTRE DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO

No contexto da gestão do patrimônio cultural, os sítios de arte rupestre exigem abordagens específicas. Estes locais são sítios com pinturas ou gravuras, ou ambas, situados em sítios ao ar livre, ou em grutas, ou em outros abrigos. Os mecanismos erosivos que afetam o estado de conservação podem divergir grandemente de sítio para sítio. No entanto, existe um fator constante que é a pressão causada pela presença de visitantes. Naturalmente, a pressão aumentará na proporção direta com o número de visitantes.

Alguns autores recomendam que certos sítios permaneçam secretos, ou simplesmente fechados ao público (JACOBS e GALE, 1994; CONWAY, 1979). Noutro sentido, algumas organizações, responsáveis pela gestão de sítios de arte rupestre, mantêm alguns locais secretos, sacrificando outros, mas dotando-os das condições para serem apresentados ao público (SULLIVAN, 1995). Em sentido oposto, outros autores acreditam na abordagem mais pedagógica que nada deve ser ocultado do público e das comunidades locais (LIM, 1999).

Na gestão dos Sítios de Arte Rupestre ao Ar Livre (SARAL), o dilema de interesses entre desenvolvimento econômico e preservação estará sempre presente. Dragovich sintetiza este dilema quando questiona se os visitantes serão “uma praga de gafanhotos ou uma bênção dos céus?” (DRAGOVICH, 1986). Alguns autores fornecem uma lista de algumas das ocorrências que esta pressão ocasiona: vandalismo, desgaste das superfícies de arte rupestre devido ao toque ou à ação de caçadores de recordações, acumulação de poeiras ou rápidas mudanças no microclima local (JACOBS e GALE, 1994). Se Lascaux, um dos locais de arte rupestre mais espetacular e importante, necessitou já em 1960 de ser fechado ao público, e apenas cerca de 20 anos após a sua descoberta, sendo construída uma réplica, outras grutas continuaram abertas e sujeitas a forte pressão até ter sido decidido recentemente diminuir o número diário de visitantes (é esse o caso, por exemplo, das grutas de Pech Merle ou de Cougnac (DRAGOVICH, 1986).

Por outro lado, de todo o mundo provêm relatos de inúmeras ocorrências de atos de vandalismo perpetrados por visitantes mais entusiasmados ou mal intencionados, nomeadamente em França (BRUNET *et al.*, 1993; DANGAS *et al.*, 1993), nos EUA (GRISWOLD, 1999; DANDRIDGE e KANE, 1999) ou na Austrália (THORN, 1991).

O debate acerca do melhor método de gestão da preservação dos sítios de arte rupestre tornou-se global e encontramos em todo mundo abordagens diferentes a esta matéria. Lambert (1989), por exemplo, elaborou um manual muito útil para uma gestão informada dos SARAL.

Nos EUA, Bricker Sr. *et al.* (1999) descrevem a visão particular que os Nativos Americanos têm da conservação e gestão da “sua” arte rupestre efetuada pelo “homem branco”. No caso da Bolívia (STRECKER e TABOADA, 1999), Escandinávia (HYGEN, 1996), Argélia (HACHID, 1987), África do Sul (LOUBSER, 1995), Tanzânia (KESSEY, 1995) ou da Índia (TYAGI, 1991), as estratégias mais utilizadas assumem formas diferentes, mas têm um objetivo similar: a preservação do patrimônio de arte rupestre. Estas estratégias podem ser indiretas, tal como iniciativas legislativas de protecção e de ordenamento do território ou a camuflagem de sítios, ou diretas como a instituição de restrições de acesso ou de limitações à divulgação de informação acerca dos sítios, o fecho sazonal, a utilização de “livros de visitantes”, a fixação de uma entrada paga, a colocação de cartazes de índole interpretativa ou de outros materiais impressos, visitas guiadas, criação de parques de estacionamento, construção de centros de receção, ereção de barreiras de protecção, de vedações ou a instalação de passadiços (LAMBERT, 1989; JACOBS e GALE, 1994; DRAGOVICH, 1995). O investimento em estruturas e ações de apoio pedagógico é, por outro lado, uma boa oportunidade para ilustrar a importância e valor dos sítios de arte rupestre. Ainda outra estratégia possível de implementar é a diversificação, numa dada região, dos destinos de turismo cultural, quer pela criação de réplicas (como é o caso de Lascaux II) ou pela criação de outras estruturas que possam acolher a elevada procura de cariz sazonal (STANLEY-PRICE, 2000).

Na Europa - ao contrário do que acontece em países como a Austrália ou os EUA, onde estratégias mais orientadas para a criação e a satisfação de um mercado de turismo cultural e “natural” procura já há algum tempo “rentabilizar” a vários níveis a atração que estes locais e recursos exercem sobre o grande público - não existem muitos SARAL que beneficiem duma gestão estratégica e coordenada, sendo que todos sofrem, de diferentes formas, os efeitos resultantes da pressão causada pelos visitantes. Em Espanha, o sítio de Siega Verde (Behrmann *et al.*, 1995) encontrou-se até há bem pouco tempo praticamente desprotegido e sujeito aos efeitos adversos consequentes da presença de visitantes, especialmente os decorrentes de atos de vandalismo.

Na região italiana de Val Camonica, zona onde a maior concentração de arte rupestre pós-glacial do Mundo se encontra, a gestão deste património é um pouco inadequado, uma vez que a maior parte dos sítios são propriedade privada e não se encontram sob vigilância e oferecem acesso ilimitado. O facto de existirem várias associações, cada uma responsável pela gestão de parte dos sítios de arte rupestre, dificulta os esforços de uma autoridade administrativa coordenadora da gestão destes locais para manter a pressão das visitas num nível baixo, sobretudo quando, nos períodos de grande afluência de visitantes, 50 a 60 autocarros de turismo visitam diariamente Val Camonica (STANLEY-PRICE, 2000).

5. SISTEMA DE GESTÃO DE VISITAS

Estimar o número máximo de visitantes admitidos durante um certo período de tempo num dado sítio de valor patrimonial é uma questão fulcral na criação duma estratégia de acesso público. Tradicionalmente usado na Agronomia para determinar “o número de animais de uma dada espécie que poderia ser mantido por um determinado habitat”, o conceito de capacidade de sustentação tem vindo a ser também aplicado à gestão turística (TIVY, 1972; SHELBY e HERBERLEIN, 1986).

Na gestão de sítios de arte rupestre, Ovington (OVINGTON *et al.*, 1974) examinaram as dificuldades dos anos 70 ligadas ao aumento da pressão dos visitantes num dos monumentos mais significativos da Austrália. Detectaram degradação ambiental, grandes ajuntamentos de visitantes, poeira, odores e acumulação de lixo. Burton recorreu ao conceito aplicando-o a Cannock Chase, Inglaterra, tentando calcular a capacidade de sustentação da recreação deste parque natural. A conclusão mais relevante de Burton foi a de que os locais de recreação têm também uma capacidade de sustentação perceptível, um limite para além do qual os visitantes começam a sentir que um dado sítio se encontra demasiado cheio. Este processo perceptivo está mais ligado às características psicológicas humanas do que às características físicas do local (BURTON, 1974).

Alguns autores tentaram estabelecer a capacidade ótima de sustentação de locais recreativos ao ar livre (FISHER e KRUTILLA, 1972) ou de atrações turísticas (SALEEM, 1994). Sem grandes resultados, estes autores, chegaram à conclusão de que são necessárias muitas e diferentes variáveis para cada caso.

Contudo, será importante distinguir entre capacidade mínima, máxima e ótima. A capacidade mínima significa que o sítio necessita de um número mínimo de visitantes para que possa permanecer em funcionamento. Contrariamente, haverá um limite, um número máximo de visitantes que o sítio poderá receber de forma a cumprir regras básicas de segurança e higiene. Para tanto, a capacidade ótima estará situada dentro destes dois limites, estabelecida por um processo que envolve algumas formas de avaliação, algumas de carácter subjetivo. A capacidade ótima parece ser o compromisso ótimo que prevenirá que a presença de grandes multidões ameace a notabilidade do sítio, mantendo também uma qualidade de experiência de visita satisfatória (SHELBY e HERBERLEIN, 1986).

A tendência hoje em dia, especialmente nos sítios de arte rupestre, é a de tentar estabilizar, ou limitar fortemente, o número de visitantes (STANLEY-PRICE, 2000).

Nos últimos anos, a maior parte dos autores que lidam com estes assuntos têm preferido, devido às dificuldades de cálculo de sustentação, estabelecer um limite de visitantes baixo baseado na sua própria experiência e nas características do sítio, monitorizando os impactos desse teto, ajustando-o quando conveniente. De certa forma, foi este o método utilizado para determinar o limite de visitantes nos sítios abertos ao público

no Vale do Côa (FERNANDES, 2003). Podemos classificar o sistema implementado como sendo de acesso restrito, não só porque foram estabelecidos limites rigorosos no número de visitantes admitidos, mas também porque o público tem acesso apenas a três núcleos visitáveis. Durante a visita, é proibido fumar, tocar nas gravuras, colher vegetação, transportar animais de estimação e, por motivos de segurança, transportar nos jipes crianças com menos de três anos de idade (ZILHÃO, 1998, 2001).

Vários especialistas em arte rupestre e na sua gestão acreditam que o sistema implementado no Vale do Côa concilia com sucesso os dois objetivos fundamentais de preservação e acesso público. Por exemplo, Stanley-Price declarou que o PAVC é extremamente impressionante, nomeadamente no seu planeamento, funcionamento e na rapidez com que a proposta de criação do parque foi executada. O sistema de reserva e de visita guiada funciona aparentemente bem e foram tomadas medidas que asseguram uma boa experiência de visita (STANLEY-PRICE, 1996).

6. CONCLUSÃO

O património parece assumir para os visitantes dois significados principais. Por um lado, a reconstituição histórica de modos de vida passados sob um cenário de monumentalidade; por outro lado, ainda que com percentagem mais baixa, o património funciona como o repositório das tradições de um povo, que é preciso aprender a reconhecer e a preservar como um elemento da identidade nacional.

Os movimentos de cidadania atuais privilegiam a preservação do património em áreas protegidas. As áreas protegidas não são bens património tradicionais, porque não existem mercados que nos deem a conhecer diretamente a disposição dos indivíduos para pagarem o seu consumo e, conseqüentemente, poder-se medir os benefícios património que se podem gerar com esta atividade. Assim, a atividade sofre de um problema de bem-público ou externalidade: os benefícios privados durante o período de formação e desenvolvimento podem não cobrir os custos privados, enquanto os benefícios públicos, para a sociedade em geral, poderão ser enormes.

Na aceção de Torkildsen (TORKILDSEN, 1994), recreação são atividades e experiências habitualmente feitas num período de lazer ou tempo livre e escolhidas voluntariamente para satisfação, por agrado, ou para enriquecimento criativo. Ainda, segundo o mesmo autor, a recreação deve ser entendida como um processo participativo. Nesta perspetiva, existem aspetos da recreação relacionados com atividade desportiva e também existem outros aspetos de recreação com natureza menos violenta como, por exemplo, grupos de observação de património ou paisagem.

Na perspetiva dum hábito cultural intimamente ligado à aquisição de valores, sobretudo durante o período de escolaridade, o consumo de património vive do público que participa na reconstituição de quadros de vida e pensamento, visitantes habilitados a compreender o comportamento das pessoas do passado. Da discussão havida entendemos que podemos concluir que o consumo de património tem público potencial, constituído por consumidores imbuídos de valores de cultura e possuidores de hábitos adquiridos sobretudo durante o período de escolaridade.

Na gestão dos SARAL, o dilema de interesses entre desenvolvimento património e preservação estará sempre presente. Este dilema está presente quando questiona se os visitantes são “uma praga de gafanhotos ou uma bênção dos céus?”

Na Europa, onde estratégias mais orientadas para a criação e a satisfação de um mercado de turismo cultural procura já há algum tempo rentabilizar a vários níveis a atração que este locais e recursos exercem sobre o grande público, não existem muitos SARAL que beneficiem duma gestão estratégica e coordenada, sendo que todos sofrem, de diferentes formas, os efeitos resultantes da pressão causada pelos visitantes.

O conceito de capacidade de sustentação tem vindo a ser aplicado à gestão de visitantes. No fundo, trata-se de estimar o número máximo de visitantes admitidos durante um certo período de tempo num dado sítio de valor patrimonial.

Uma das conclusões mais importantes é a necessidade de se implementar uma forma de avaliar a real capacidade do parque. O sítio necessita de um número mínimo de visitantes que permita manter em funcionamento a estrutura montada, em analogia com a possibilidade de receber um enorme número de visitantes, o que criaria problemas eventuais com regras básicas de higiene e segurança. É pois necessário determinar a chamada capacidade óptima, que permita manter níveis elevados de satisfação com a visita sem no entanto ameaçar as condições normais de funcionamento e sustentabilidade do parque. Vários especialistas em arte rupestre e na sua gestão acreditam que o sistema implementado no Vale do Côa concilia com sucesso os dois objetivos fundamentais de preservação e acesso público.

7. REFERÊNCIAS

BEHRMANN, B. R. *et al.* Siega Verde. Un art rupestre paléolithique à l'air libre dans la vallée du Douro. **Dossiers d'Archéologie**. Dijon. (Déc. 1995/Jan. 1996), Vol. 209, p. 98-105. 1995.

BRICKER Sr. *et al.* A Native American's Thoughts on Preservation and Conservation of Rock Art. In Dean, C. (ed.). Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff, Ariz.). Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. **Proceedings from the Rock Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994**. Tucson: American Rock Art Research Association, 1999.

BRUNET, J. *et al.* Elimination de surcharges des tracés préhistoriques: quelques exemples de la grotte du Cro de Granville à Rouffignac (France). In **ICOM Committee for Conservation Triennial Meeting, 10th Triennial Meeting, Washington, D. C., USA, 22-27 August 1993**. Preprints. Paris, ICOM Committee for Conservation, p. 837-841, 1993.

BURTON, R. **The recreational carrying capacity of the countryside: a research project presenting the methodology and results of ecological and psychological surveys of Cannock Chase, Staffordshire**. Keele: University, 1974.

CARVALHO, A.F. "O povoado do fumo e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa", **Revista Portuguesa de Arqueologia**, volume 7.número 1, p.185-219, 2004.

CONWAY, T. **Rock art and conservation in Northeastern Ontario**. British Columbia Provincial Museum Heritage Record, No. 8, p. 127-145, 1979.

DANDRIDGE, D., KANE, A. Vogel Canyon: A Case History of Federal Agency Rock Art Resource Management. In Dean, C. (ed.). Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff, Ariz.). Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. **Proceedings from the Rock Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994**. Tucson: American Rock Art Research Association, p. 27-32, 1999.

DANGAS, I. et al. Interventions: nettoyage des parois, tests de consolidation au Salon Noir de la grotte préhistorique de Niaux (France). In **ICOM Committee for Conservation Triennial Meeting, 10th Triennial Meeting, Washington, D. C., USA, 22-27 August 1993** Preprints. Paris: ICOM Committee for Conservation, p. 842-847, 1993.

DORSE, A., and CHIPPINDALE C. 1999 Geometry, Transformations and the Shapes of Palaeolithic Pictures. **Paper presented at IRAC '99 conference, May 1999**.

DRAGOVICH, D. A plague of locusts, or manna from heaven? Tourists and conservation of cave art in southern France. **Rock Art Research**. Melbourne. v. 3, n. 2, p. 141-144, 1986.

_____. Site management and the visitor book, Mootwingee. In Ward, G. e Ward, L. (eds.). **Management of Rock Imagery Occasional**. AURA Publication, n. 9. Melbourne: Australian Rock Art Research Association, p. 103-106, 1995.

FERNANDES, A. P. B. O Sistema de Visita e a Preservação da Arte Rupestre em Dois Sítios de Ar Livre do Nordeste Português: o Vale do Côa e Mazouco. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 6, n. 2, p. 4-45, Lisboa. 2003.

FISHER, A.; KRUTILLA, J. Determination of optimal capacity of resource-based recreation facilities. **Natural Resources Journal**. Albuquerque v. 12, p. 417-444, 1972.

GONÇALVES, M. E. Da Pré-História à História do Caso de Foz Côa: Arqueologia, Política e Participação. In: Gonçalves, M. E. (ed.). **O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2001.

GRISWOLD, J. Camouflaging Graffiti: The Problem of Outdoor Inpainting. In Dean, C. (ed.). **Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff, Ariz.)**. Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. **Proceedings from the Roc Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994**. Tucson. American Rock Art Research Association, p. 41-6, 1999.

HACHID, M. In situ archaeological heritage in Algeria: Challenges and resources. In Hodges, H. (ed.). **In situ archaeological conservation: proceedings of meetings April 6-13, 1986**, Mexico. Getty Conservation Institute: Los Angeles, p.24-31, 1987.

HYGEN, A. Conservation, intervention or destruction of rock art? Some Scandinavian experiences. **Rock Art Research**. Melbourne, v. 13, v. 1, p. 49-52, 1996.

JACOBS, J.; GALE, F. **Tourism and the Protection of Aboriginal Cultural Sites**. Canberra: Australian Government Publishing Services, 1994.

KESSEY, J. Indigenous Control of rock imagery in Tanzania. In Ward, G. e Ward, L. (eds.). **Proceedings of Symposium H – Management of Rock Imagery, Second International Congress of the Australian Rock Art Research Association, Cairns 1992**. Occasional AURA Publication No. 9. Melbourne Australian Rock Art Research Association, 1995.

LAMBERT, D. **Conserving Australian Rock Art: A Manual for Site Managers**. Canberra: Aboriginal Studies Press, 1989.

LIM, I. Rock Art as a Cultural Heritage Resource: Strategies for Administration. In Dean, C. (ed.). **Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff, Ariz.)**. Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. **Proceedings from the Roc Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress**. Flagstaff, Arizona, 1994. Tucson: American Rock Art Research Association, p. 11-20, 1999.

LIMA, A. V.; REIS M. O Culto Moderno dos Monumentos. Os Públicos do PAVC. In: Gonçalves, M. E. (ed.). **O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sociopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2001.

LOUBSER, J. A tale of two shelters: contrasting site management in South Africa and Lesotho. In Ward, G. e Ward, L. (eds.). **Proceedings of Symposium H – Management of Rock Imagery, Second International Congress of the Australian Rock Art Research Association, Cairns 1992**. Occasional AURA Publication No. 9. Melbourne: Australian Rock Art Research Association, p. 22-5, 1995.

MENDES, M. I. D. **O Valor de Recreio das Áreas Protegidas – uma Aplicação ao Caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês**. (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - ISEG: Instituto Superior de Economia e Gestão, 1996.

OVINGTON, J. D. *et al.* **Changing Scenic Values and Tourist Carrying Capacity of National Parks: An Australian example**. Amsterdam: Landscape Planning. Vol. 1, p. 35-50, 1974.

PAIS, C.; FERNANDES, A. J.; COSTA, C. M. Público de Património Mundial (Cultural) em Portugal: Visitantes do PAVC. *In* **6.º Encontro Nacional de Turismo com Base Local**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Brasil, Outubro, 2002a.

PAIS, C.; FERNANDES, A. J.; COSTA, C. M. Público de Património no âmbito do mercado do recreio e lazer em Portugal: visitantes do PAVC *In*. **Actas do IV Congresso de Turismo Cultural, Lusofonia e Desenvolvimento, Maputo, Moçambique**, Centro de Estudos de Turismo e Cultura, (Instituto Politécnico de Tomar), Outubro. 2002b.

SALEEM, N. The destination capacity index: a measure to determine the tourism carrying capacity. *In* Seaton, A. V. (ed.). **Tourism: the state of the art**. Chichester, New York: John Wiley & Sons, p. 144-151, 1994.

SHELBY, B.; HEBERLEIN, T. **Carrying Capacity in recreation settings**. Corvallis: Oregon State University Press, 1986.

STANLEY-PRICE, N. Conservation and management of prehistoric sites rock art sites on the World Heritage List. A report on the Côa Valley Symposium, 1999. **Conservation and Management of Archaeological Sites**. London, v. 4, n. 1, p. 7-58, 2000.

STANLEY-PRICE, N. Report to the Côa Valley Archaeological Park. **Relatório preparado para o Instituto Português de Arqueologia**, Lisboa, 1996.

STRECKER, M.; TABOADA, F. Rock art protection in Bolivia. **Rock Art Research**. Melbourne. v. 16, n. 1, p. 36-41, 1999.

THORN, A. The removal of recent overpaint from the image of Bunjil. *In* Pearson, C. e Swartz Jr, B. K. (eds.). **Rock art and posterity**. Conserving, managing and recording rock art. Melbourne: Occasional AURA Publication No. 4. Australian Rock Art Research Association, p. 71-9, 1991.

TIVY, J. **The concept and determination of carrying capacity of recreational land in the USA: a review of relevant literature up to the end of September, 1971**. Perth: Countryside Commission for Scotland, 1972.

TORKILDSEN, G. (1994), **Leisure management A-Z: a dictionary of terms**, Harlow, UK: Longman.

TYAGI, G. Conservation of Indian rock art. *In* Pearson, C. e Swartz Jr, B. K. (eds.). **Rock art and posterity**. Conserving, managing and recording rock art. Melbourne: Occasional AURA Publication No. 4. Australian Rock Art Research Association, p. 28-9, 1991.

ZILHÃO, J. (1998). The rock art of the Côa valley, Portugal. Significance, conservation and management. **Conservation and Management of Archaeological Sites**. London. Vol. 2., p. 193-206, 1998.

ZILHÃO, J. (2001) — Neandertal/Modern Human Interaction in Europe, in HAYS, M.; THACKER, P. (eds.) — «Questioning the Answers: Resolving Fundamental Problems of the Early Upper Palaeolithic», *British Archaeological Reports International Series 1005*, Oxford, p. 13-19

THE SUSTAINABLE MANAGEMENT OF TOURISTIC ATTRACTIONS IN CULTURAL SPACES: THE PORTUGUESE CASE OF THE ARCHAEOLOGICAL PARK OF FOZ CÔA

Abstract

This work presents the review of the literature of cultural heritage, especially for outdoor areas. We will consider two actual themes for the region of Foz Côa: the dilemma between development and preservation of heritage and the system of management of visits or public access to the stone engravings.

The conclusion is that the heritage seems to assume for the visitors two main meanings. On one hand, the historical reconstitution of passed ways of life under a monumentality scenario; on the other hand, despite with lower percentage, the heritage works as the repository of the traditions of a people, who is necessary to learn to recognize and preserve as an national identity. The concept of sustentation capacity has been applied to the management of visitors. Basically, it is about estimating the maximum number of visitors admitted during a certain period of time in a place of heritage value.

It will be important to distinguish between capacity of minimum, maximum and optimal sustentation. The minimum capacity means that the small area needs a minimum number of visitors so that it remains functioning. On the contrary, there will be a limit, a maximum number of visitors that the area may receive fulfilling the basic rules from security and hygiene. Therefore, the optimum capacity will be situated between these two limits, established by a process that involves, a kind of evaluation, sometimes subjective. The optimum capacity seems to be the commitment that will prevent that the presence of large crowds threatens the stability of the area, also maintaining a quality of experience of satisfactory visit.

Several experts in stone engravings art and its management believe that the system implemented in the Valley of the Côa successfully conciliates the two basic goals of preservation and public access.

Keywords: Culture, Heritage, Planning, Management, Preservation